



45

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

Da dívida de guerra ao empréstimo externo: perspectivas dos movimentos políticos e da opinião pública

From the war debt to the external loan: politic movements and public opinions prespectives

PEDRO MIGUEL FERNANDES DA SILVA
Universidade de Coimbra, CEIS 20
pmfs1987@gmail.com

Resumo:

A renegociação da dívida de guerra portuguesa à Inglaterra ocorreu dez anos depois da sua contracção, já no início da Ditadura Militar. Foi na sequência desta renegociação que se optou pela tentativa malograda de contracção de um empréstimo externo com o fim de estabilizar o escudo e estimular a economia portuguesa. Pretende-se analisar a opinião pública expressa no ainda grande mosaico de periódicos portugueses durante este processo, entre 29 de Julho de 1926, data do início das negociações, e 3 de Março de 1928, aquando da rejeição formal das condições de realização do empréstimo externo.

Palavras chave:

História de Portugal; Dívida de guerra; Ditadura Militar; Sociedade das Nações; Primeira República Portuguesa.

Abstract:

The renegotiation of the Portuguese war debt with England occurred ten years after its settlement, already at the beginning of the Military Dictatorship. After the success of this operation, Portugal attempted, with no success, to issue an external loan to stabilize its currency and to stimulate its economy. This paper intends to analyze the public opinion expressed in a yet large diversity of the press during that process, between July 29, 1926, that marks the beginning of the negotiations, and March 3, 1928, when the conditions inherent to the external loan were formally rejected.

Keywords:

History of Portugal; War Debt; Military Dictatorship; League of Nations; First Portuguese Republic.

Introdução

No contexto internacional do pós-Primeira Guerra o egoísmo nacionalista encontrou-se lado a lado com um esforço de cooperação internacional, sendo de destacar a tentativa de criação de uma autoridade supranacional no seio da Sociedade das Nações (SdN). Com o financiamento bélico, por outro lado, os EUA ganharam protagonismo face à Europa, em resultado de um novo fluxo de capitais. A Alemanha, devido às indemnizações de guerra, tornara-se devedora dos aliados, que se tinham endividado na Inglaterra para fazer face aos custos bélicos. Esta recorreu, por sua vez, aos EUA para se financiar. O Plano Dawes de 1924, que reactivou o pagamento das indemnizações com empréstimos americanos aos alemães, fechou assim este circuito do financiamento mundial. A inflação das moedas europeias fez-se sentir, surgindo uma vaga de cooperação marcada pela Conferência de Genebra (1922), com o objectivo de estabilizar gradualmente o sistema monetário, tentando readaptar-se, sem grande sucesso, o padrão-ouro.

Portugal, que apresentara saldos orçamentais positivos de 1912 a 1914, foi um dos países que mais sofreu com a inflação no pós-guerra, principalmente entre 1920 e 1924, onde se registaram, com base em 1914, respectivamente, índices de preços de 420 a 1338. O aumento das despesas públicas devido à guerra foi suportado com recurso à emissão de moeda e, em Maio de 1916, a um empréstimo inglês de 22 milhões de libras (referenciado a partir de agora como dívida de guerra), que deveria ser liquidado até dois anos após o fim do conflito. Face à incerteza na capacidade da Alemanha pagar as suas novas dívidas até 1924, das quais eram devidas 49,5 milhões de libras a Portugal, os Governos republicanos suspenderam o pagamento da dívida de guerra. Por seu turno, os ingleses decidiram somar à dívida de guerra juros anuais de 5% em Março de 1922. Entre 1918/19 e 1924/25 a circulação fiduciária aumentou de 274 para 1.762 mil contos e a libra de 8\$39 para 155\$54, o que, com a inflação, significou a perda real do poder de compra da moeda portuguesa. A desvalorização monetária minimizou o peso da dívida expressa em escudos, mas valorizou as dívidas externas expressas noutras moedas. Assim, entre 1913 e 1924, a dívida flutuante externa (onde se incluía a dívida de guerra) passou de um peso de 1% para 28% do total devido por Portugal. No período de 1922 a 1925 assistiu-se a uma série de medidas de resposta a tais problemas, que permitiram lançar as bases para uma situação financeira mais estável para os próximos anos, e travar, a curto prazo, a desvalorização do escudo, a inflação e o recurso excessivo à emissão de moeda.

No plano político, apesar do golpe de estado de 28 de Maio de 1926 ter sido suportado num programa vago, existia uma orientação clara para o saneamento dos problemas económico-financeiros. Esta ideia implicava a resolução da questão da dívida de guerra, primeira fase essencial de um projecto de dinamização económica, suportado num empréstimo externo de 12 milhões de libras. Tal operação, que acabou por não se concretizar, era uma dos elementos vitais da agenda do ministro das finanças Sinel de Cordes, e que, pelo seu desfecho, determinou o seu destino político. O tema desta reflexão é a problemática do empréstimo externo, nomeadamente a confrontação da opinião pública perante essa possibilidade, e a sua reacção ao decorrer dos acontecimentos que levaram o Governo a rejeitar as condições impostas, primeiro, pelos possíveis credores, depois, pela SdN que daria garantia internacional conforme já tinha acontecido para outros países europeus.

A investigação histórica em geral cobre superficialmente esta problemática, sendo ainda pouco expressiva a lista de reflexões sobre este tema em particular. António Luís da Costa debruçou-se concretamente sobre o empréstimo externo, tendo demarcado as posições dos sectores políticos e definido três momentos essenciais: a renegociação da dívida de guerra no início de 1927, a opção pela supervisão da SdN em Dezembro desse ano, e a rejeição das condições de realização do empréstimo em Março de 1928. O Governo era suportado, entre outros, pelos movimentos monárquicos, apesar de estes não defenderem abertamente a realização do empréstimo externo. As opiniões contrárias à operação financeira situavam-se nos sectores republicanos: tanto nos conservadores (União Liberal Republicana, U.L.R. e Partido Republicano Nacionalista, P.R.N.), com uma posição mais contida dada a sua concordância condicional com o regime, como nos restantes, entretanto exilados no rescaldo da revolta de Fevereiro de 1927 e reagrupados na Liga de Paris. Quando se rejeitaram as condições para o empréstimo, o Governo aproveitou para reforçar os elementos patrióticos, presentes na ideia de que tais condições iriam contra os interesses da nação. As consequências desta rejeição contribuíram decisivamente para a ascensão da figura de Salazar como salvador das contas públicas. No mesmo âmbito, Oliveira Marques redigiu uma importante compilação que agrega registos da imprensa (do *Diário de Notícias* e do *Portugal*), cartas de personalidades envolvidas, assim como importantes documentos da Liga de Paris, especificando a importância decisiva desta última para o malogro do empréstimo externo. Refira-se também o contributo particular de Cunha Leal presente nas suas memórias, onde, paralelamente a uma visão crítica dos acontecimentos, surgem esclarecimentos úteis nas questões rela-

cionadas com a dívida de guerra, o empréstimo externo, a situação financeira e a ascensão política de Salazar no período em análise.

Face à grande diversidade na imprensa da época, a análise da opinião pública recaiu em jornais que reflectissem alguns grupos de opinião encontrados no artigo de António Luís da Costa. Assim, recorreu-se, para os oposicionistas, a *O Rebate*, o jornal oficial do Partido Republicano Português (P.R.P.), e ao espólio documental da Liga de Paris e, para os grupos monárquicos, ao *Novidades* (sector moderado) e ao periódico *A Epoca* (substituída por *A Voz* e que representava uma vertente mais radical). Existem também algumas referências retiradas do *Diario de Lisboa* e do *Portugal* (órgão do Governo, mas que, infelizmente, não durou todo o período de análise) que complementam a informação recolhida. Reconhece-se, por um lado, a existência de um ainda incipiente órgão de censura, que influenciou o conteúdo da informação no espaço público, e não se pretende, por outro lado, esgotar todos os pontos de vista presentes no debate público sobre esta questão, nomeadamente, as correntes situadas nos dois extremos do espectro político, dada a falta de informação nesse sentido.

O acordo de renegociação da dívida de guerra e a possibilidade do empréstimo externo

No dia 10 de Julho de 1926, um dia depois da data do decreto de nomeação de Sinel de Cordes para o ministério das finanças no Governo de Óscar Carmona, que marca o fim do início conturbado da Ditadura Militar (com os consulados de Cabeçadas e Costa), partiu a delegação de negociação da dívida de guerra, que concluiu o seu trabalho no final do ano, momento em que Sinel de Cordes se dirigiu a Londres. Assim, logo no início de Janeiro de 1927 o acordo de renegociação da dívida de guerra, assinado no último dia do ano de 1926, foi publicitado na imprensa. Este processo converteu quase toda a dívida flutuante externa em dívida amortizável, liberta de juros, que se acumularam na configuração anterior, e paga em prestações periódicas escalonadas até 1988. A quantia total era idêntica à que o Estado português devia na altura da renegociação (cerca de 24 milhões de libras). Uma alternativa a este modelo, entretanto abandonada, era o pagamento único de 5 milhões de libras até ao final do ano. À semelhança da actuação de Sinel de Cordes na capital inglesa, no âmbito da imprensa a conversão da dívida de guerra não se desligou da negociação do empréstimo externo. A utilidade oficial desta operação, que reunia na imprensa um consenso à volta da realização de investimentos reprodutivos e do fortalecimento de políticas monetárias

de inversão da depreciação do escudo, seria, contudo, de questionar, já que, ao invés de servir unicamente para tais fins, iria na realidade ao encontro de mais um desejo clientelar do sector militar. À notícia da conclusão do acordo seguiu-se a da entrega na embaixada inglesa e nas legações francesa e americana em Portugal de uma declaração, de 12 de Janeiro de 1927, assinada por vários grupos políticos, que gerou uma grande polémica e cobertura jornalística. Na constelação republicana, situaram-se à parte deste movimento os conservadores do P.R.N. e da U.L.R.. Dias após a entrega da chamada nota dos partidos, choveram declarações na imprensa clarificando posições pessoais e colectivas. O Governo agiu rapidamente, iniciando inquéritos a oficiais do exército e efectuando detenções dos signatários da nota, incluindo António Maria da Silva, que entretanto conseguiu fugir. A operação da conversão da dívida de guerra era indubitavelmente desejada por todas as facções políticas, pelo que não houve muita discussão sobre a utilidade da mesma na opinião pública.

A oposição do regime militar reconheceu a utilidade da renegociação da dívida de guerra, tomando algumas posições no sentido de rejeitar a opção do pagamento imediato de 5 milhões de libras, pelas maiores dificuldades que acarretaria a contracção de novo empréstimo para pagar tal quantia. Face a uma outra hipótese de se organizar uma subscrição nacional de contribuições dos portugueses para o pagamento dessa obrigação, *O Rebate* não a descartaria, caso se planeasse cuidadosamente o que cada um poderia contribuir, dependendo das suas possibilidades. Quanto à possibilidade do empréstimo externo, colocava-se a questão da sua legalidade constitucional. De facto, a Constituição da República de 1911 nunca tinha sido suspensa formalmente, e no seu artigo 26.º, n.º 4, lia-se que o Congresso, órgão encerrado logo a seguir ao 28 de Maio, autorizava o Governo a contrair novos empréstimos. Tal disposição constitucional estava na base da posição dos oposicionistas. Além do cumprimento da lei, o sancionamento parlamentar traria um conhecimento real dos fins dos capitais. A estes argumentos juntava-se a imperatividade da não consignação de receitas públicas como garantia de pagamento e da conservação da soberania política de Portugal. Logo após a nota dos partidos, iniciou-se uma campanha de defesa desta “[...] atitude doutrinária, legalista, constitucional. [...]”. Face à acusação do Governo e dos situacionistas de traição à pátria, apresentava-se a história dos republicanos e do P.R.P. como aquela que sempre teve a nação como ponto de referência, devolvendo a acusação de traidores aos monárquicos que, esses sim, teriam traído o país quando solicitaram a intervenção armada do estrangeiro contra a República, mais recentemente, e contra as opiniões liberais, num passado mais distante.

Na fronteira do grupo dos situacionistas estavam os partidos republicanos conservadores (P.R.N. e U.L.R.), que apoiam condicionalmente o regime militar. Nem um nem outro tinham, à data, nenhum jornal de representação oficial, mas apresentaram à imprensa moções distintas sobre a sua opinião. O P.R.N. expressou-se numa declaração publicada dia 18, na qual, tendo em conta os rumores da consignação dos rendimentos dos tabacos como garantia do pagamento do empréstimo, e a norma constitucional já acima referida, declarava tal operação como criminosa e comprometedora da saúde financeira nacional. No processo de inquérito aberto pelo Governo aos oficiais do exército foi interrogado um dos signatários dessa declaração, o major João Tamagnini Barbosa, que destacou a posição do P.R.N. da nota dos partidos. No dia 19, *A Epoca* publicou uma outra nota do P.R.N. que clarificava que apenas tinha enviado à imprensa, e não às delegações estrangeiras, a sua moção. A nota oficiosa da U.L.R. foi publicada dia 13 e não tomava ainda posição perante a possibilidade do empréstimo externo, deixando apenas uma crítica à actuação daqueles que teriam apelado ao julgamento de estrangeiros numa discussão nacional.

Já bem dentro da óptica dos situacionistas se colocavam, além dos sectores militares conservadores, os monárquicos constitucionais e absolutistas e outros grupos mais radicais, como os integralistas lusitanos. Naturalmente que todos estes sectores congratularam a assinatura do acordo da renegociação da dívida de guerra. Os monárquicos moderados apontavam para a solução do pagamento escalonado em várias prestações, já que, segundo o jornal *Novidades*, a incerteza da manutenção dos pagamentos das dívidas e indemnizações de guerra no contexto internacional não favorecia a opção do pagamento de 5 milhões de libras, que, dependendo das condições de juro, poderia ser mais penoso para o país. Não obstante, a opção pela subscrição nacional de fundos para o pagamento a pronto da dívida de guerra foi publicitada razoavelmente, em notícias sobre a disponibilidade de entidades públicas e militares em contribuir. O mesmo jornal adoptou inicialmente uma posição expectante face à nota dos partidos, limitando-se em vários números a transcrever artigos, ora do jornal *Portugal*, que lança corrosivas acusações de traição à pátria aos signatários da nota, ora do jornal *O Mundo*, defendendo a Constituição e a atitude das mesmas personalidades. Não deixou, contudo, de exprimir a sua posição desfavorável a tal actuação, evidenciando então a visão ideológica do grupo dos situacionistas, ao argumentar que o não reconhecimento de actos do poder público feitos em nome de Portugal iria contra a real noção desse mesmo poder, já que nenhum Governo operou num estado de total consenso político. Os monárquicos mais extremistas centraram o seu discurso no ata-

que ao passado e ao presente dos partidos republicanos, recebendo estes a designação pejorativa de “os políticos”, expressão muito esclarecedora desta opinião. Assim, os republicanos teriam entrado na guerra para consolidarem o regime e para recolherem lucros fáceis, praticando uma administração desastrosa ao não procurarem receitas suficientes para colmatar o aumento das despesas, caminho que levou ao aumento da circulação fiduciária e à contracção da dívida de guerra, à qual não se tinha dado uma resolução satisfatória. A subscrição das acusações dos meios governamentais de traição à pátria dos signatários da nota dos partidos aliou-se igualmente à apresentação de exemplos passados, nos quais se enfatizava a atitude errada destes, e ao aplauso da pronta reacção do regime. O tema do empréstimo externo estava relacionado com a necessidade de fazer e executar um orçamento sério, que implementasse reformas para a redução das despesas para o equilíbrio das contas públicas, condição considerada como vital para a obtenção dessa obrigação no exterior. O jornal *A Epoca* destacou-se pela opção quanto à política monetária a adoptar, na necessidade de valorização gradual do escudo, ao invés da estabilização, que traria benefícios a médio prazo para a economia portuguesa. Na chegada a Lisboa a 16, Sinel de Cordes foi entrevistado por alguns jornalistas, destacando o bom resultado obtido para Portugal, o engrandecimento do seu prestígio internacional com o acordo de renegociação e a nulidade dos efeitos da nota dos partidos no diálogo para o empréstimo externo. Não obstante o apoio dado às ideias do regime, face às declarações do ministro das finanças de que o empréstimo serviria, entre as obras de fomento, para a compra de material de guerra para o exército e para a marinha, *A Epoca* considerava que a valorização cambial devia “[...] antepor-se à aquisição de navios de guerra e de material para o nosso exercito. [...]”. O próprio Governo, provavelmente para não perder o apoio importante deste sector situacionista, revelava pouco depois que a verba do empréstimo a utilizar para os militares seria mínima, facto reconhecido positivamente por *A Voz*. De facto, a inclusão desta finalidade para o empréstimo externo foi mais tarde abandonada, pelo menos publicamente.

No mês de Janeiro de 1927 deu-se o epílogo da longa questão da dívida de guerra e inaugurou-se o debate sobre o empréstimo externo, com a apresentação da chamada nota dos partidos a delegações estrangeiras em grande destaque. A esta sucessão de acontecimentos não terão sido indiferentes as revoltas falhadas no Porto e em Lisboa no início do mês seguinte, momento que agravou a situação precária dos oposicionistas, pelo que muitos se exilaram para continuarem a lutar contra o regime militar. A partir daí a Liga de Paris desempenhou também um forte papel na discussão pública sobre o emprés-

timo externo, se bem que a partir de um ponto de emissão distante e com uma natureza clandestina. Por outro lado, o seu canal de comunicação externa terá sido decisivo para contrariar a concretização do empréstimo.

A opção pelo sancionamento e fiscalização da SdN

Ao longo do ano de 1927 as notícias sobre a negociação do empréstimo externo foram-se arrastando indefinidamente. Segundo António Luís da Costa, o Governo não se limitou à possibilidade dos bancos britânicos, expandindo os contactos neste sentido a outras potências, que não produziram qualquer sucesso, voltando-se, depois para a solução inicial. Paralelamente a Liga de Paris foi reforçando a sua recusa por um acto inconstitucional, onde se destacou a publicação do jornal clandestino *A Revolta*, a reedição da nota dos partidos enviada então a várias entidades bancárias e o primeiro manifesto ao país, estes últimos em Julho. Entre Agosto e Setembro, o Governo reconheceu à imprensa que as negociações para o empréstimo iriam continuar, mas tinham sido prejudicadas face à exigência de condições desonrosas para o brio nacional, já que se exigira as receitas dos tabacos como garantia e o controlo externo das contas públicas. Nos finais de Novembro este processo ganhou um novo ímpeto, quando Sinel de Cordes se dirigiu a Genebra para encetar o pedido português de fiscalização do empréstimo pela SdN, documento que data de inícios de Dezembro de 1927, e que explicitava os objectivos do empréstimo: a restauração financeira, a estabilização monetária e o desenvolvimento económico. Tratando-se de um órgão internacional de grande prestígio, a observância e patrocínio da SdN traria indubitavelmente mais confiança aos futuros credores. Entretanto registou-se a apresentação do orçamento 1927-28 e a apreciação pública da execução orçamental 1926-27, que revelaram dados preocupantes. As rubricas dos Ministérios da Guerra e da Marinha pareciam ter um peso excessivo nas despesas totais e o défice ultrapassou a soma prevista. A decisão do recurso à SdN gerou uma polémica, publicitada na imprensa, entre o Governo e a U.L.R., em meados desse mês, na qual este partido definiu claramente o seu posicionamento face ao empréstimo externo e aos seus novos desenvolvimentos.

No campo dos opositoristas, a Liga de Paris teve uma pronta actuação depois de Sinel de Cordes ter dirigido o pedido formal ao órgão internacional, ao publicar um manifesto para o país e ao enviar uma carta ao secretário-geral da SdN. O manifesto acrescentava que tal opção implicaria condicionantes à plena soberania nacional e retratava a actuação financeira do regime militar. Face a uma situação favorável, fruto da obra dos últimos Governos republica-

nos, a Ditadura Militar tinha irresponsavelmente acumulado um grave défice orçamental, tendo já esgotado 4 milhões de libras do Fundo de Reserva Cambial (criado em 1923 para estabilizar o escudo), mais 1 milhão que entretanto já tinha sido emprestado pelos ingleses, invertendo a política de contenção da circulação monetária seguida nos últimos anos. A renegociação da dívida de guerra teria sido uma decepção, segundo este documento, comparando com as condições obtidas pela Itália e a Roménia. Informou também que enviou um telegrama ao secretário-geral da SdN esclarecendo que Portugal não precisava de um empréstimo externo para equilibrar as contas públicas. Na carta enviada a Eric Drummond, expunha-se a argumentação de maneira mais detalhada e com auxílio de mais números. Por sua vez, *O Rebate* pronunciou-se aquando da troca de declarações entre o Governo e o representante da U.L.R., Cunha Leal, transcrevendo alguns excertos do texto deste, e mostrando satisfação e surpresa com aquela tomada de posição.

Tal polémica iniciou-se com a reacção da U.L.R. face ao recurso à SdN, primeiro com uma carta de Cunha Leal de 14 de Dezembro dirigida a Óscar Carmona, em representação do seu partido. Esta referia que a evolução da questão do empréstimo externo vinha romper com a abstenção que a U.L.R. tinha mostrado até então sobre os temas políticos, não obstante a discordância com a actuação de levar a questão à SdN, como tinha feito a Liga de Paris. Mostrava-se assim internamente a divergência pela opção da SdN, porque, segundo o próprio Sinel de Cordes, tal implicaria um controlo inaceitável desse órgão internacional, porque não havia um forte motivo político como houve para os restantes casos, por causa da diferenciação, baseada no prestígio e no passado, entre os países que recorreram à SdN e Portugal, que teria “[...] atrás de si séculos e séculos duma história que é preciso respeitar [...]”, e porque tal poria em causa as possessões coloniais, de acordo com a ideologia dominante na SdN. Em entrevistas dadas a *O Seculo* a 19 e ao *Diario de Noticias* a 21, Sinel de Cordes teria apresentando uma série de refutações, às quais Cunha Leal replicou com o envio de cartas aos mesmos órgãos, publicadas, respectivamente, a 21 em e a 22. No dia 26 os dois esclareceram as suas opiniões numa reunião privada. Ficava claro neste processo que o Governo considerava o caso português diferente dos restantes países que tinham contraído empréstimos sob os auspícios da SdN e que Portugal não iria pedir um plano, mas somente a apreciação do seu projecto, daí a sua esperança de que as condições fossem também diferentes. Mas mais importante foi a definição da posição da U.L.R., que chegou a argumentar, na carta enviada a *O Seculo*, que não seria correcto a SdN sancionar um acto inconstitucional, concordando implicitamente com a argumentação da Liga de Paris.

Dentro das opiniões mais situacionistas, o *Novidades*, face à clarificação das finalidades do empréstimo externo, designadamente, a resolução da desvalorização do escudo, o pagamento da dívida flutuante externa, o financiamento dos défices até ao equilíbrio orçamental, projectado para 2 ou 3 anos e o desenvolvimento económico, apenas afirmava a sua intenção de que esta operação fosse executada com uma indiscutível vantagem para a economia portuguesa. No mesmo número registou também as tentativas da Liga de Paris de influenciarem a imprensa estrangeira para a sua causa. Neste ambiente de aparente concordância com o empréstimo externo, ou pelo menos, na inexistência de conteúdos explícitos contra tal opção, começaram a surgir artigos de Oliveira Salazar, antigo ministro das finanças durante o curto Governo de Mendes Cabeçadas, que entretanto presidiu a uma comissão de estudo das reformas tributárias, apresentado como um talentoso professor de finanças da Universidade de Coimbra. A primeira série de 7 artigos, que analisou a execução orçamental de 1926-27, começou ainda a 30 de Novembro e durou até 21 de Dezembro. No seu conjunto os textos iam elogiando certos elementos atribuíveis ao Governo, mas, de uma maneira subtil, apresentavam já uma crítica à administração financeira do regime militar. Registava o valor excessivo do défice (689 mil contos), que se deveu à parte das despesas, nomeadamente no aumento das rubricas dos ministérios das finanças, das colónias, da guerra e da marinha, com incrementos de, respectivamente, 124%, 46% e 29% para as duas últimas pastas. Enquanto a cifra das finanças foi explicada com uma despesa extraordinária relacionada com a guerra, as restantes foram indubitavelmente fruto de opções do Governo. Assim, explicitava que o aumento se deveu, em grande parte, ao acréscimo nas rubricas do pessoal e das melhorias dos vencimentos, à compra de material nos ministérios da guerra e da marinha, assim como do auxílio às colónias e às suas empresas. O sector mais extremista de opinião monárquica protagonizada por *A Voz* continuou o seu ataque aos emigrados políticos da Liga de Paris, acusando-os de conspirarem contra Portugal em conjunto com a maçonaria. Este sector parece dar o seu apoio à concretização do empréstimo externo nos moldes enunciados, já que acreditava que este seria utilizado para fins que teriam impactos positivos na economia, com destaque para a importância da estabilização do escudo (abandonando a hipótese anteriormente defendida da valorização gradual), e não para saldar momentaneamente défices, como os democráticos teriam feito no passado. No dia 20, Sinel de Cordes deu uma entrevista a este jornal, após a sua chegada de Genebra, na qual, ao mostrar os documentos dos pedidos de intervenção nos empréstimos à SdN de Portugal, da Áustria e da Bulgária, clarificou que o primeiro estaria meramente a requerer a aprovação de um plano

já feito e de um empréstimo já negociado, situação diversa dos restantes, que estariam a pedir estudos para a realização de planos que ainda não tinham. Esclareceu também que a actuação da Liga de Paris criou desconfiança, que forçou os banqueiros a solicitar que se recorresse à SdN. Depois da tomada de posição da U.L.R., *A Voz* passou a criticar igualmente e em especial este partido, acusando Cunha Leal de ser um “[...] emigrado político... do interior[...]”.

No mês de Dezembro de 1927 o longo processo de negociações à volta do empréstimo externo, pontualmente publicitado na imprensa, sem que tivesse havido quaisquer novidades relevantes, tinha entrado na sua fase final. Conheceram-se finalmente os moldes definitivos que tomaria o empréstimo, agora a realizar sob os auspícios da SdN, e os alegados objectivos a que o mesmo serviria, a saber, a estabilização do escudo, a consolidação de dívidas públicas mais penosas para o Tesouro e o financiamento de obras de desenvolvimento económico, abandonando-se a referência da compra de material de guerra. A tomada de posição da U.L.R. e a crítica subtil de Oliveira Salazar foram importantes no contexto nacional, pois parecem ter acentuado a gradual erosão do apoio ao empréstimo externo na opinião pública.

O desfecho das negociações com a SdN

A Liga de Paris continuou a actuar no sentido de fazer valer as suas opiniões, registando-se um artigo no *Journal de Genève*, resumindo a sua visão da obra da Ditadura Militar, que obteve resposta por parte de Sinel de Cordes numa nota publicada no *Diario de Noticias*, à qual também deixou uma réplica enviada a Portugal. O Comité Financeiro da SdN, depois de ter apreciado o pedido português para o empréstimo externo, enviou, no final de Janeiro de 1928, equipas de peritos a Portugal, que produziram um relatório, devolvido a 29 de Fevereiro. Dias antes, Ivens Ferraz, nomeado ministro interino das finanças devido às más condições de saúde de Sinel de Cordes, viajou com uma delegação para Genebra com o fim de acompanhar os progressos finais. Dado o parecer técnico positivo do Comité Financeiro de 1 de Março, foi publicada em *O Seculo* uma entrevista com Dubois, presidente desse órgão. O Conselho da SdN nomeou então um Comité especial encarregue de tratar das questões políticas. Reunido a 6 e a 8 de Março, este Comité sugeriu então um adiamento da discussão. Foi enviada uma nota da delegação portuguesa em Genebra, clarificando este desfecho. Apresentaram-se então duas condições para o aval da SdN, a saber, um funcionário com funções de controlo da execução do plano e a possibilidade da SdN enviar uma comissão financeira a Portugal para administrar as receitas consignadas ao pagamento do emprés-

timo, caso se verificasse o incumprimento do protocolo. Face a tais exigências, e depois da recusa de contrapropostas apresentadas por parte dos delegados portugueses, foram rejeitadas as condições e o adiamento sugeridos.

Após a nota de 8 de Março informando o país da rejeição das condições para o empréstimo, *O Rebate* comentou as reacções dos vários jornais que, na sua opinião, apoiavam esse empreendimento, condenando especificamente os textos publicados em *A Voz* e *O Correio da Manhã*. Clarificou também que era regra da SdN estabelecer a condição do controlo para este tipo de operações, dando a entender que já adivinhava uma conclusão deste tipo. Chegou mesmo a denunciar a imprensa apoiante do empréstimo de agora ter mudado de discurso, ao desvalorizar a sua importância, sendo que o próprio Governo não era muito optimista relativamente à operação. A Liga de Paris teria conseguido fazer chegar à mesa das negociações finais as suas opiniões sobre a ilegalidade do empréstimo e as consequências da sua aprovação. Depois do desfecho deste processo, publicou um texto elucidativo da sua interpretação dos factos, onde começa por defender que a honra nacional tinha sido salva pela sua actuação, face à humilhação do Governo, provando-se “[...] perante o mundo que a Ditadura não era a Pátria [...]” e referindo que as condições impostas a Portugal eram normais e do conhecimento geral e prévio de todos. O real impedimento do regime militar para avançar com o empréstimo, segundo este documento, estava no facto de que não poderia utilizar o dinheiro do modo pretendido, continuando a beneficiar clientelas privadas.

No universo situacionista moderado, e ainda a 3 de Janeiro, tinha sido publicado um artigo de Oliveira Salazar sobre o empréstimo externo no jornal *Novidades*. Nele se defendia a inutilidade do empréstimo caso se mantivessem os gastos públicos excessivos, pois serviria apenas para cobrir os défices já existentes. Questionava, pois, a capacidade financeira do Governo em aplicar as reformas necessárias, dando exemplos de países que ultrapassaram dificuldades semelhantes, porque decidiram recorrer a créditos externos, mas que, ao mesmo tempo, executaram severas medidas de contenção orçamental, de aumento de receitas e de controlo cambial. Apesar disso, não se evidenciava, neste jornal, um discurso consistente de crítica ao empréstimo. Após o 8 de Março, desvalorizou-se a rejeição das condições, sublinhando-se a necessidade de implementação de medidas e de aceitação de sacrifícios para a resolução do problema financeiro. Deu-se também publicidade às opiniões do Governo de que a nação tinha saído intacta deste episódio, tendo conhecimento de que teria recursos suficientes para conduzir autonomamente a sua recuperação, e que tinha mantido intacto o seu prestígio. A opção pela operação financeira externa não teria, por outro lado, morrido completamente, segundo declara-

ções de Carmona. Divulgou-se igualmente a actuação antipatriótica da Liga de Paris, que não teria produzido efeitos, chegando os seus apoiantes a colocar “[...] papelinhos debaixo das portas dos quartos do hotel [...]” dos membros da SdN responsáveis pela apreciação do caso português. Na chegada a Portugal de Ivens Ferraz, no dia 16, registaram-se notícias de um grande apoio popular, caracterizado também pelo manifesto contra os emigrados políticos. O mesmo se propagou, de modo mais intenso, no sector monárquico radical, onde se advogou mesmo o abandono de Portugal da SdN. A hipótese de recurso a um empréstimo interno, aproveitando a necessidade de cumprimento de um dever à nação, foi uma opção que grassou nas páginas deste jornal.

Não obstante a divulgação, tanto da continuação dos esforços na senda do empréstimo externo, como da possibilidade duma operação interna, tais vias foram descartadas. Apesar do anúncio de reformas para redução drástica das despesas, a estratégia do Governo tinha falhado e necessitava rapidamente de um novo rumo político, o que ditou a saída de cena de Sinel de Cordes. Tal impulso parece ter sido materializado nas eleições de dia 25, onde Óscar Carmona foi eleito no primeiro escrutínio depois do golpe de 28 de Maio, separando definitivamente os cargos de presidente da República do presidente do Ministério. Nomeou um novo Governo e escolheu Vicente de Freitas para as finanças, que não tardou ser substituído por Oliveira Salazar. A sua projecção pública tinha-se acentuado até ao dia 26 de Abril, data da sua nomeação. De facto, no jornal *Novidades*, e entre Novembro de 1927 e esse dia, contam-se 15 artigos da sua autoria, evidenciando a mistificação à volta do salvador financeiro necessário a Portugal.

Conclusão

A conversão bem-sucedida da dívida de guerra, feita no contexto de uma melhoria da situação financeira portuguesa no começo das reformas entre 1922 e 1925, foi considerada por Douglas como uma das poucas realizações benéficas da administração financeira de Sinel de Cordes. O passo seguinte na sua agenda seria a negociação de um empréstimo externo. Em Janeiro de 1927 a opinião pública parecia partilhar a ideia da sua possível utilidade, apesar de, mais tarde, Cunha Leal ter afirmado nas suas memórias que o fim principal do empréstimo externo seria a aquisição de material de guerra, uma das motivações dos ingleses para aderir a esta solução. Em todo o caso, as divergências estariam na pertinência desta operação e na existência de condições legais e financeiras necessárias, discussão que se clarificou após os partidos republicanos se pronunciarem em depoimentos públicos, nomeada-

mente com a nota dos partidos entregue às delegações estrangeiras. Os oposicionistas declaram-se contra um empreendimento considerado inconstitucional e, por conseguinte, anti-patriótico. Além disso, não havia possibilidade de fiscalização parlamentar da aplicação dos capitais e teria de se recorrer a inaceitáveis garantias de receitas públicas e ceder a soberania nacional a um controlo externo, inédito até então em Portugal. Os situacionistas sublinhavam a importância que o empréstimo teria para o reflorescimento económico e o saneamento financeiro, aplaudindo um esforço de correcção dos alegados erros de administração republicanos. Com a reacção governamental à nota dos partidos e as revoltas falhadas de Fevereiro de 1927 deu-se a anulação e a fuga de muitos oposicionistas, que, não obstante, continuaram a sua luta sediada no exterior, com menos força de divulgação para Portugal, mas com um reforçado poder de comunicação com o estrangeiro.

No decorrer de 1927 a obra oposicionista contra a ideia do empréstimo externo materializou-se principalmente nos documentos emitidos pela Liga de Paris, que, segundo Oliveira Marques, terá sido uma das suas grandes realizações, e que teve indubitavelmente um papel decisivo para os agentes externos duvidarem dessa solução. O próprio Governo reconheceu implicitamente estes efeitos, razão pela qual terá optado, como opção de último recurso, pela solução de patrocínio e fiscalização da SdN, já no final do ano. Contudo, tal escolha terá ditado o fracasso deste rumo, já que, a partir de Dezembro, a base de apoio ou de abstencionismo veio a reduzir-se gradualmente. Por um lado, a U.L.R., que tinha apresentado uma tendência situacionista, com a sua crítica sobre o envolvimento de agentes externos numa questão nacional, saiu da sua posição neutral para criticar publicamente a solução encontrada, juntando argumentos originais com os apresentados pelos oposicionistas. Por outro lado, os artigos de Oliveira Salazar no *Novidades* criticavam subtilmente as opções de política orçamental do Governo, o que minava lentamente o apoio da imprensa monárquica moderada. Foram então vitais para o malogro do empréstimo externo, tanto a influência da Liga de Paris, principalmente no contexto externo ao convencer os possíveis credores do risco que seria emprestar a Portugal naquelas circunstâncias, como a crescente dissidência mais ou menos silenciosa ao nível interno, agudizada a partir de Dezembro de 1927 com a aparição da U.L.R. na discussão sobre o empréstimo externo e com o início da projecção de Oliveira Salazar, visualizando-se no horizonte uma alternativa credível ao projecto de Sinel de Cordes.

Independentemente do falhanço do empréstimo externo em Março de 1928, o regime conseguiu aproveitar a oportunidade para evidenciar a sua vigilância e defesa do patriotismo português e para lembrar que todo o pro-

cesso teria servido para provar que Portugal seria capaz de resolver os seus problemas sem ajuda, dados os seus vastos recursos. Tal visão foi propagada na imprensa situacionista, em oposição à denúncia da humilhação do regime militar na SdN, divulgada pelos oposicionistas mais radicais da Liga de Paris, que se acharam os verdadeiros salvadores da pátria (que não se confundia com a Ditadura Militar) ao terem trabalho para o fracasso do projecto governamental. Paralelamente, parece ter sido após a conclusão deste episódio que se decidiu avançar com medidas de consolidação orçamental. Contudo, era claro que a orientação dada à pasta das finanças tinha de ser alvo de uma mudança, vazio que foi preenchido com a figura de Oliveira Salazar, pela sua crescente projecção pública na área das finanças.

Fontes

A Epoca, Janeiro de 1927.

António Henrique de Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928: a questão do empréstimo externo*, Publicações Europa-América, 1976.

A Voz, Janeiro de 1927, Dezembro de 1927 e Março de 1928.

Cunha Leal, *Coisas de tempos idos: as minhas memórias: Arrastado pela fúria do tufão*, volume 3, Lisboa, Edição do autor, 1966.

Diário de Lisboa, Janeiro de 1927, Agosto de 1927, Setembro de 1927, Dezembro de 1927 e Março de 1928.

Novidades, Janeiro de 1927, Dezembro de 1927 e Março de 1928.

O Rebate, Janeiro de 1927, Dezembro de 1927 e Março de 1928.

Bibliografia

ANTÓNIO HENRIQUE DE OLIVEIRA MARQUES, *A Primeira República Portuguesa*, Alfragide, Texto Editores, 2010.

ANTÓNIO LUÍS PINTO DA COSTA, “Rendição da ditadura militar à ditadura financeira de Salazar: o empréstimo externo de 1926-28”, *História*, 131 (1990), p. 56-70.

DOUGLAS WHEELER, *A ditadura militar portuguesa: 1926-1933*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988.

FERNANDO DE CASTRO BRANDÃO, *A ditadura militar: 1926-1933: uma cronologia*, Lisboa, Europress, 2007.

JOAQUIM CARDOSO GOMES, *Os militares e a censura: a censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

JOAQUIM JORGE DE PINHO CAMPINOS, *A ditadura militar: 1926-1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.

JOSÉ MATTOSO (dir.) e FERNANDO ROSAS, *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, volume 7, Círculo de Leitores, 1994.

LEONOR FREIRE DA COSTA, PEDRO LAINS e SUSANA MIRANDA, *História Económica de Portugal 1143-2010*, Lisboa, A esfera dos livros, 2011.

NUNO VALÉRIO, *As Finanças Públicas Portuguesas entre as duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.